

A família colonial e a construção do Brasil: Vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte¹

Nathalie Reis Itaboraí²

Resumo

O artigo analisa as idéias de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte sobre o lugar da família colonial brasileira em nossa organização política e social. Então, uma discussão é produzida sobre as relações entre ordem privada e pública, reconhecendo a importância da família na construção de nossa identidade nacional.

¹ Este trabalho foi originalmente escrito para o curso de Pensamento Social Brasileiro, sob a coordenação do professor Marcelo Gantus Jasmin, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Uma primeira versão deste artigo foi apresentada na reunião anual da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) de 1999, ocasião na qual pude contar com comentários de colegas do Grupo de Trabalho sobre Família e Sociedade. Sou grata por estas duas oportunidades de discutir as idéias aqui apresentadas, embora seja minha a responsabilidade pelas eventuais lacunas que restaram.

² Mestre e candidata a doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rua da Matriz, 82, Botafogo, Rio de Janeiro. E-mail: natreis@terra.com.br

Palavras-chave: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Nestor Duarte, família colonial, identidade nacional.

Abstract

The article analyzes the ideas of Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda and Nestor Duarte about the place of the Brazilian colonial family in our political and social organization. Therefore, a discussion is made about the relationships between private and public order, recognizing the importance of the family in the construction of Brazilian national identity.

Key words: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Nestor Duarte, colonial family, national identity.

Muito tem sido escrito sobre as origens patriarcais da família brasileira. Nestes estudos, em geral enfatizam-se as relações de submissão à autoridade do patriarca, resguardada pela religião católica, e a extensão dessa autoridade privada para o domínio público. Na maioria das vezes, a presença da família na vida política nacional é apresentada como uma intervenção do privado no público, a organização em clãs familiares como base para a submissão do Estado a interesses particulares.

Nossa proposta é retomar três autores clássicos do pensamento social brasileiro dos anos 1930, recuperando suas interpretações sobre a família colonial brasileira e o papel desta na organização política, situando-os dentro de suas propostas de leitura do significado da formação de nossa identidade nacional. Nosso enfoque recairá prioritariamente sobre Nestor Duarte, que nos parece oferecer uma reflexão paradigmá-

tica sobre a presença da família na “organização política”³, contrastando-o a duas leituras possíveis do problema família *versus* Estado, presente em dois autores citados por Duarte, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda⁴, que a nosso ver apresentam duas chaves de leitura bastante distintas para pensar essa relação, implicando em soluções também distintas para o problema da identidade nacional.

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda: Dois olhares sobre a família brasileira e a identidade nacional

Em *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre apresenta a conhecida descrição da família patriarcal colonial brasileira, uma família chefiada por um patriarca que detém poder sobre seus filhos e esposa e também sobre parentes, agregados e escravos, constituindo uma família extensa. Esta imagem acabou sendo hegemônica quanto à caracterização do que seria a família no período colonial brasileiro⁵, embora nem sempre se to-

³ As aspas são porque Duarte coloca dúvidas sobre o amadurecimento político do país.

⁴ Outro autor também clássico quanto à reflexão sobre a família patriarcal é Oliveira Viana, também citado por Duarte, o qual pretendemos retomar em trabalhos futuros.

⁵ Revisões da noção de família patriarcal têm sido feitas, tanto de uma perspectiva histórica que aponta a existência de arranjos familiares alternativos à família senhorial; quanto, e ao mesmo tempo, a denúncia da leitura da história a partir de um olhar do dominante e através da generalização equivocada de um tipo de família regional a todo o país. Eni Mesquita Samara (1986) talvez seja um dos nomes mais conhecidos neste empreendimento. Mostrando as confusões em torno da caracterização e da generalização da família patriarcal, descrita como no retrato de Capistrano de Abreu como “pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”, Samara argumenta que “essa descrição de família explorada por estudiosos como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, embora característica para a sociedade colonial circunscrita ao ambiente rural, desde que aceita pela historio-

mando as implicações que esta descrição teria para o autor.

É que, para Freyre, esta família não é apenas, nem prioritariamente, esfera de vivência da autoridade e afetividade entre seus membros, mas ao mesmo tempo unidade política, econômica e social que terá um papel fundamental na definição de nossa história.

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: ou oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em

grafia foi utilizada como um exemplo válido para toda a sociedade brasileira. Desta maneira confundiram-se aí vários conceitos: o de família brasileira, que passou a ser sinônimo de patriarcal, e mesmo o de família patriarcal, que passou a ser usado como sinônimo de família extensa. Nessa mesma perspectiva, ainda genericamente falando, família e parentesco passam a ter significado comum” (Samara 1986:12-13). Para Samara por muito tempo vigorou um consenso em torno da idéia de que “a família brasileira era uma vasta parentela que se expandia, verticalmente, através da miscigenação e, horizontalmente, pelos casamentos entre a elite branca” (1986:13), o que é contradito pelo resgate da história da família paulista, especialmente nos séculos XVIII e XIX, em que este tipo de família patriarcal e extensa não era dominante, e sim conviviam diversas formas de organização das relações familiares: famílias nucleares, celibato, concubinato, casamentos consangüíneos, filhos ilegítimos, compadrio, etc., predominando as famílias nucleares mais simples e com menor número de filhos. Apesar de concordar com estas considerações, Almeida (1987) acredita que a família patriarcal, rural, escravista e poligâmica, tal como na representação dominante do período colonial brasileiro, deve ser nosso ponto de partida, para pensar a evolução para uma família nuclear moderna, também uma representação dominante, onde se separam público e privado, produção e reprodução/consumo. Segundo esta autora, a adoção deste ponto de partida torna mais clara a convivência do moderno e do tradicional na conformação da família brasileira moderna. Ver também Mariza Corrêa (1994), possivelmente a pioneira nesta discussão, que recupera a noção de família patriarcal brasileira, a partir do pensamento social brasileiro que a descreveu (Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Nestor Duarte entre outros), para apontar a necessidade de questionamento empírico, teórico e político deste modelo.

meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia. [...] Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas - e mais tarde por eles realizada no Paraguai - da espanhola e da francesa. (Freyre 1994 :22-23)

Tal família terá papel central na formação do país, pois é, conforme Freyre, o grande fator colonizador, que toma em suas mãos a tarefa de construir o país, cultivando o solo, construindo benfeitorias e comprando escravos e ferramentas para a produção. Esta “força social que se desdobra em política” (Freyre 1994:19), ocupará o lugar empreendedor e diretor do Estado, fazendo com que “o rei de Portugal quase que reina sem governar” (ibid.).

Neste vazio deixado pela realeza portuguesa distante, a família colonial brasileira encontrará espaço para o desempenho de diversas funções sociais, inclusive o exercício político. O “gosto de mando” exercido já nas relações privadas estende-se ao domínio público, com as características de capricho privado que já possuía. O sadismo do senhor e o masoquismo dos escravos e das mulheres ampliam-se para o campo mais largo de nossa vida social e política, constituindo o mandonismo, que até então (1933) sentiríamos presente em nossa ordem social. São, portanto, nas relações familiares que encontraremos, segundo Freyre, as bases de nossa cultura política, até hoje descrita como de cunho familista.

Traço de nossa identidade nacional, bem absorvido pelas elites políticas, temos que

[...] a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em ‘Princípio de Autoridade’ ou

‘Defesa da Ordem’. Entre essas suas *místicas* – a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia – é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. (Freyre 1994:52; grifo meu) ⁶

Nossa ordem política constitui-se, assim, desde o princípio e precocemente, imiscuída com o tipo de autoridade vigente na casa grande. O que parece ser uma crítica absoluta à elite dominante culminará, contudo, em um elogio dos diversos elementos culturais aqui presentes. Apesar de longa, a seguinte passagem, que continua a precedente, merece menção:

Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente européia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia. E não sem certas vantagens, as de uma dualidade não de todo prejudicial à nossa cultura em formação enriquecida de um lado pela espontaneidade, pelo frescor de imaginação e emoção do grande número e, de outro lado, pelo contato, através das elites, com a ciência, com a técnica e com o pensamento adiantado da Europa. Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente a muitos respeito a intercomunicação entre as duas tradições de cultura. Mas não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical – como diria Sorokin – o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos. (Freyre 1994: 52)

⁶ Esses valores, se efetivos e não parte de uma mística, serão considerados pouco compatíveis com a herança ibérica por Sérgio Buarque de Holanda.

Aparece já aí o caráter antinômico que Benzaquen de Araújo (1994) apontará no pensamento de Freyre, conjugando contrários, sem que cada qual perca sua identidade⁷. As relações raciais, pela mediação da miscigenação, permitem que o processo de formação brasileiro seja um “equilíbrio de antagonismos” (Araújo 1994:53). Dos antagonismos o mais geral e profundo será aquele entre o senhor e os escravos, não negando, portanto, as relações cruéis que se estabeleceram por parte do primeiro em relação ao segundo⁸. Contudo, sua percepção do português colonizador apresenta um elogio da capacidade deste de adaptação visível em sua habilidade para misturar-se a outros povos, pela sua mobilidade, misturando-se e aclimatando-se com facilidade, o que garante o sucesso do empreendimento colonizador.

Este diagnóstico indica a especificidade e positividade do que aqui, no Brasil, se configurou. Tal visão culmina, em momentos posteriores da vida intelectual de Freyre, na afirmação do luso-tropicalismo⁹, mas antes disso na ênfase regionalista deste autor, esforçando-se por defender uma identidade e espaço próprio ao Nordeste (Andrade 1998).

Sua posição de afirmação da cultura brasileira é indicativa de sua forma de pensar o país. Embora mantenha diálogo com a produção internacional, tendo realizado a maior parte de sua formação acadêmica

⁷ Esta antinomia estará presente na própria maneira de Freyre escrever, transferindo para seu texto “parte da ambigüidade, do excesso e da instabilidade que, segundo ele próprio, caracterizavam a sociabilidade da casa-grande” (Araújo 1994:208).

⁸ De fato, a visão de Freyre sobre as relações raciais no Brasil colonial é complexa e não poderá ser detalhada aqui. Cumpre, entretanto, salientar seu esforço de pensar o negro, bem como o índio, como parte constituinte e fundamental de nossa cultura, chegando a enfatizar a beleza física e o vigor que os negros haveriam nos legado (Freyre 1994:43).

⁹ A idéia de que os portugueses, vivendo em uma região de clima subtropical e ligado à África pela influência moura e pela proximidade mediterrânea, teriam facilidade de adaptação e de convivência social com os povos tropicais.

no exterior, é visível seu esforço de pensar o Brasil em seus próprios termos, distanciando-se de um modelo predefinido de construção do estado nacional ou de modernização.

Neste sentido, embora não possamos desenvolver este argumento, o qual requer outros estudos, parece-nos importante sua interlocução com a antropologia, especialmente com Boas, e sua noção de cultura brasileira. Freyre, de fato, parece oscilar entre uma visão antropológica da cultura, tal como hoje empregada, e a manutenção de um diálogo – sem dúvidas, crítico – com as teorias racistas herdeiras da segunda metade do século XIX e os determinismos biológico e geográfico então vigentes na explicação do país.

Dessa cultura, Freyre deriva nossa ordem política, que é, portanto, com ela compatível. Nessa cultura – que rege as relações políticas – serão fundamentais as relações familiares¹⁰, que se tecem na interação entre casa grande e senzala – bem como a mistura de raças, estendendo-se as relações autoritárias e sadista-masoquistas que se dão usualmente no núcleo doméstico para nossas relações sociais e políticas.

Contudo, cabe enfatizar que, para Freyre, o político não é algo além, algo que se deva conquistar e construir segundo critérios definidos e necessários, mas sim uma dimensão que toma como ponto de partida as relações sociais realmente existentes, numa extensão – e não ruptura – dessas. Se estas são marcadas por relações familistas, dado o papel cen-

¹⁰ Há sempre que se ter em mente a limitação com que se fala em relações familiares. Quando falamos em família colonial, o que temos é a família branca dominante, uma vez que há a impossibilidade de constituírem-se famílias negras segundo o modelo dominante. Isto não significa negar que famílias escravas se formaram nos interstícios do regime senhorial, como mostram estudos recentes (Slenes 1999, ver especialmente capítulo 1, onde faz uma revisão das visões da historiografia brasileira sobre a família escrava). É fundamental levar-se em conta ainda os intercâmbios complexos entre negros e brancos quanto às relações familiares, que têm na maternagem da criança branca pela “mãe preta” um exemplo paradigmático. Ver a esse respeito Giacomini (1988).

tral e empreendedor da família brasileira em nossa formação social, esses mesmos princípios também terão peso nas relações políticas que se constroem. Há que se ter em mente também que Freyre afirma ser sua intenção em *Casa Grande & Senzala* analisar o social (ou o sociológico), exemplificado pela cultura brasileira, só lhe interessando o econômico e o político secundariamente (Freyre 1994:199).

Em Sérgio Buarque de Holanda, como veremos, ao contrário, o político será algo a ser construído e que pressupõe a negação da família e da ordem privada, com a qual é incompatível. Um sentido do 'político' genuíno e ativamente construído, estará aí presente, rompendo com o pragmatismo da definição do político presente em Freyre. Isto porque, para Holanda, a ordem política passa pela associação de interesses e pela construção de um aparato estatal diferenciado e separado das relações e valores familiares.

Em *Raízes do Brasil*, Holanda constrói a oposição entre Estado e família, representando a formação do primeiro o triunfo do geral, intelectual e abstrato sobre os elementos – particular, material e corpóreo – presentes nas relações familiares.

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples

indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da cidade. [...] A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência. (Holanda 1995:141)

As cidades seriam um símbolo dessa ordem estatal, mas não se realizam plenamente no Brasil colonial, onde impera a herança rural. As cidades se caracterizariam pela afirmação do espírito contra a natureza, em geral como um instrumento decisivo de dominação, mas que aqui foram “semeadas” sem o menor impulso de afirmação da vontade humana, seguindo o desenho da natureza e a vontade de seus moradores.

O colonizador, de índole mais aventureira que trabalhadora¹¹, não é aqui digno de elogio, de fato, nem poderia ser considerado como tal (ou seja, como colonizador), uma vez que o Brasil é para ele mais um lugar de passagem e exploração. Daí a colonização litorânea, que expressa o intento português mais de feitorizar do que de colonizar o país. Comparado ao espanhol, que constrói cidades com traçados retilíneos expressando a vontade humana que as criou, o português é descrito como avesso a qualquer ordenação impessoal da existência, preferindo os ensinamentos advindos da rotina ao planejamento. Dotado de um “realismo fundamental” que aceita a vida como ela é, mostra-se incapaz de interferir em seu rumo: “renuncia a transfigurar a realidade por meio de imaginações delirantes ou códigos de postura e regras formais” (Holanda 1995:110).

Segundo Sérgio Buarque, em Portugal, a tradição feudal não cria raízes, gerando uma estratificação social pouco rigorosa, em que todos aspiram à condição de fidalgos. A burguesia que ascende não consolida padrões éticos muito distintos dos da nobreza, não se realizando, então, a transição que em geral acompanham as revoluções burguesas para

¹¹ Enquanto tipos ideais, a aventura se contrapõe ao esforço continuado e planejado característico da ética do trabalho.

novos valores que sirvam de base para as virtudes econômicas burguesas. “Boas para genoveses, aquelas virtudes – diligência pertinaz, parcimônia, exatidão, pontualidade, solidariedade social – nunca se acomodariam perfeitamente ao gosto da gente lusitana” (Holanda 1995:112).

Esta recusa à racionalização e à despersonalização própria ao caráter português estará presente na formação brasileira, assumindo as relações sociais cores afetivas e personalistas. Estas se estendem do domínio privado para a configuração do Estado e do aparato administrativo. Recuperando a noção weberiana de burocracia e interpretando o Brasil como patrimonial antes que feudal¹², Holanda nos dirá que

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da *supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar* – a esfera por excelência dos chamados ‘contatos primários’, dos laços de sangue e coração – está em que as *relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós*. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas. (Holanda 1995:146; grifos meus)

Este personalismo caracterizaria nosso “homem cordial”, fomen-

¹² Como vimos, este último não vigorou, segundo o autor, sequer em Portugal.

tando um tipo de sociabilidade própria do brasileiro¹³: “a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade” (Holanda 1995:146), virtudes que, contudo, ao invés de expressar civilidade, são sim “expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (Holanda 1995:147). Assim, Holanda construirá os traços que formam o caráter nacional: o uso de diminutivos para expressar familiaridade, a religiosidade que torna Deus e os santos amigos familiares, o horror as distâncias. Tudo isto contradiz o espírito de polidez e civilidade tal como constituídos na Europa em que é fundamental a manutenção de distâncias sociais como uma forma de defesa perante a sociedade.

De origens marcadamente familiares, esse personalismo impede o desenvolvimento das virtudes necessárias ao desenvolvimento da ordem social e política moderna.

Com efeito, onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas a idéia de família – e principalmente onde predomina a família de tipo patriarcal – tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais. A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é, assim, especialmente sensível no nosso tempo devido ao decisivo triunfo de certas virtudes *antifamiliares* por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre cidadãos. (Holanda 1995:143-144; grifo do autor)

Com a tradição portuguesa já havia chegado ao Brasil a aversão à ética puritana do trabalho e a conseqüente incapacidade de organizar-se de forma associativa. É muito importante na argumentação de Holanda a

¹³ Uma visão crítica da oposição entre o “homem cordial” de Holanda e o “puritano ascético” de Weber é encontrada em Souza (1998).

oposição entre personalismo e associacionismo. O primeiro, herdado de Portugal, impede, por exemplo, a formação aqui de verdadeiros partidos políticos (Holanda 1995:183). Ao mesmo tempo, esta herança portuguesa é reforçada pelo espírito de facção próprio da nossa organização rural (Holanda 1995:81), caracterizada pela auto-suficiência do grupo familiar e a ausência de limites ao pátrio poder.

Impossível aqui a competição entre cidadãos realçada por Holanda como um valor positivo. Os interesses não formam associações, a ênfase portuguesa no livre-arbítrio¹⁴ é avessa à organização associativa. Em nossa estrutura social frouxa, a solidariedade social só é possível entre amigos e familiares. A disciplina só aparece ironicamente sob a forma da obediência cega, realizada a princípio pelos jesuítas e retomada nas ditaduras comuns à tradição ibérica.

O Estado, tal como descrito a princípio, não pode se efetivar aqui em todas as suas conseqüências. Parece mais ser uma ordem paralela, absorvida e submetida aos valores personalistas que regem a vida privada. A família, como grupo primário de socialização, absorve os potenciais cidadãos em seu sentimentalismo paralisante, impedindo a consolidação de uma organização política moderna.

Em seu empreendimento de pensar as “raízes” do Brasil, tendo por base um método comparativo que leva em conta o desenvolvimento das modernas democracias e sociedades industriais européias, Sérgio Buarque, embora queira entender nosso “ser real”, cai na armadilha de pensar nosso “atraso” a partir de um modelo idealizado do protestantismo ascético utilizado por Weber na reflexão sobre o processo de racional-

¹⁴ Como bem realça Wegner (1999) o principal traço ibérico, para Buarque de Holanda, é o desenvolvimento extremado da cultura da personalidade, calcada numa valorização da independência pessoal (caracterizando um individualismo com elementos anárquicos) que impede a organização solidária de interesses.

zação no Ocidente¹⁵. Jessé Souza resume bem esta questão:

Isso não significa que o homem cordial, para Sérgio Buarque, não tenha qualidades. O fato é que essas qualidades, que foram tão importantes na criação de uma *grande nação nos trópicos*, como a plasticidade, a capacidade de acomodação e compromisso com o gentio e com o meio físico, são vistas agora como obstáculo a criação de uma *grande nação moderna*. Este é o ponto. Para a construção da modernidade no Brasil, a herança ibérica passa a ser sinônimo de atraso e anacronismo por oposição à herança protestante nórdica. (Souza 1998:38)

Percebe-se, assim, que a oposição entre família e Estado em Holanda, perpassa um modelo idealizado do político e da democracia, que tem por base o tipo de associação calcada nos interesses e em uma ética do trabalho típica de países europeus que viveram o protestantismo. Isso implica também em uma visão própria da especificidade e das possibilidades de desenvolvimento do país, distinta daquela de Freyre.

Cabe-nos destacar como a percepção das relações entre família e Estado se opõe quando comparamos esses autores. Se Freyre percebe a família como um fator empreendedor sobre o qual a organização política se apóia e se forma, mesmo que marcada pelos valores vigentes no meio doméstico, temos que Holanda encara tal família e os valores delas derivados como um empecilho em si ao desenvolvimento de uma organização política moderna.

Observaremos agora como Nestor Duarte constrói sua oposição entre ordem privada e ordem política, consolidando e intensificando a oposição entre família e Estado já presente em Sérgio Buarque.

¹⁵ Esses dilemas parecem ser superados em seus trabalhos posteriores acerca da conquista do oeste, tal como discutido por Wegner (1999).

Nestor Duarte: a ordem privada contra o Estado

Escrevendo alguns anos depois de Freyre e Holanda e tendo lido e citado as duas obras destes autores, Nestor Duarte lançará a hipótese de um passado feudal em nosso país, caracterizado pela colonização através de capitânicas hereditárias¹⁶. Ao realçar o predomínio da organização social lusitana entre nós, Duarte se proporá a escrutinar o sentido social e político do português, especialmente em sua organização política, de forma a identificar tais efeitos na organização política brasileira.

O português será caracterizado por Duarte como “um povo eminentemente particularista, comunal, impregnado e convicto do espírito de fração” (1966:3), menos político que os demais povos europeus e, de fato, irredutível a totalização que representa o Estado. Aparece aqui a importância dos grupos intermediários, especialmente a família, no impedimento do desenvolvimento pleno da ordem política. A própria formação do Estado nacional português se faz sob a interferência, ou em conluio, com esses grupos privados.

O português não se deixou desprender desses grupos (intermediários) como o fizeram, no limite da necessidade do processo político, outros povos, em que a ordem e o espírito político ganham de logo equilíbrio, superpondo-se à ordem privada. Ele antes resiste, opondo-se a essa acomodação, ou, como revela a sua história, chega à fase política por via e compromisso desses grupos e ao envolver-se no processo do Estado nacional unificado, guarda a índole do fragmentário, do homem do subgrupo, ainda que já subjugado pelo grupo maior do Estado. (Duarte 1966:4)

¹⁶ Para realçar as diferenças, lembramos que Freyre tinha definido o Brasil como patriarcalismo e Sérgio Buarque como patrimonialismo. Estas três formas de domínio, como sabemos, são descritas por Weber como de tipo tradicional.

A profundidade e anterioridade destes grupos intermediários (famílias, grupos religiosos e comunas) farão com que o português seja um homem mais privado do que público. Duarte realçará, entre os grupos intermediários, o grupo familiar e o religioso, além do poder local das comunas, ambos impedindo a soberania do poder real em Portugal. Esse autor aponta, então, que o privatismo português é o antecedente da sociedade brasileira, dando as cartas da organização política que aqui se formará.

Antes de debruçarmos sobre a organização política, ou a ausência desta em nosso país, convém olhar com mais detalhe como Duarte define o Estado e a oposição deste à família. A seguinte definição de Estado é oferecida por este autor. Definido do ponto de vista histórico e social, o Estado é, a seu ver, “[...] o fenômeno político diferenciado, ou seja: a organização, chamemo-la grupo ou ordem, pouco importa, que se constitui para exercer, com a força social, a função mais geral e extensiva de dirigir e governar a todos os membros e grupos menores componentes de uma determinada comunidade nacional.” (Duarte 1966:4)

Duarte tem em mente o processo típico de formação do Estado nacional, em que a diferenciação do fenômeno político envolve a luta do poder real contra poderes concorrentes, como o poder feudal, o poder da Igreja e o poder das famílias. Nesse último caso, temos o exemplo do mito de Romeu e Julieta e seu significado quanto à formação do Estado, tal como analisado por Castro e Araújo (1977), cujo argumento, grosseiramente aqui resumido, é de que a morte do casal apazigua as lutas entre as famílias, possibilitando a formação da autoridade do príncipe.

A definição de Estado de Duarte inclui a compreensão deste como dotado de um poder “incontrastável, inconcorrente, único” (1966:15), o que define sua soberania, e o coloca acima de todos os grupos sociais. Qualquer intervenção destes o desnatura. No caso da família, negação absoluta do Estado para o autor em foco, se essa tenta exercer o poder

político, ela o fará a serviço de seu nepotismo. Público e privado, assim como o eram em Holanda, são – agora, ainda mais – antagônicos para Duarte.

Por tudo isto, a grande família patriarcal será a agravante das grandes vicissitudes que impedem o desenvolvimento “normal” – termo utilizado pelo autor – do Estado no país. Aspecto grave foi também nosso feudalismo atípico, centrado na propriedade privada, plena e na dispersão do poder político – pela concessão de direitos e prerrogativas políticas aos donatários, o que o governo geral tenta reverter, embora o espírito feudal persista mesmo com o fim das capitâneas. A ausência de urbanização é outro ponto crítico, uma vez que as cidades são centros políticos por excelência.

O quadro que Duarte elabora da colônia realçará o privatismo e a falta de interesse e visão pública dos empreendedores – as próprias bandeiras são descritas como empreendimentos de cunho privado – que culminam na definição de um “individualismo anárquico”¹⁷ próprio aos portugueses, totalmente avessos a qualquer hierarquia e submissão ao público, tal como o Estado representaria. Partindo deste espírito português que enfatiza a autonomia de ação, a sociedade colonial será descrita como tendo um processo de formação entregue a si mesmo, em que a organização oficial quando presente é menos política do que administrativa. Temos uma vida civil, mas não uma vida política.

[...] a vida social da colônia é, sobretudo, vida de relação civil, própria e exclusiva do convívio do homem com o homem e dos rendimentos e trocas estimulados e entabulados pelas suas atividades particulares.

O Estado português, além de distante e fraco, e por causa dessas condições mesmas, jamais poderia treinar o indivíduo para os miste-

¹⁷ Noção, como vimos, também presente em Holanda.

res e os sentimentos próprios da vida pública. Largava-o, deixando de antemão que se desenvolvesse por livre iniciativa, ou o abandonava porque desistisse de lutar improficuamente com súdito em conjunturas tão pouco propícias à sua ação disciplinadora e vigilante. (Duarte 1966:46)

A única organização sólida na vida colonial, como em Freyre, será a organização privada, que serve de base à vida colonial. Chegamos, assim, à descrição que Duarte faz da família colonial brasileira e de sua participação no poder político.

A organização familiar colonial apresenta os seguintes traços, segundo este autor: seria o tipo de organização próprio a uma sociedade descontínua, configuraria grupos fechados e exclusivistas que dificultariam quaisquer processos de unidade maior, tendo também uma notável unidade fundada na pressão sentimental que exerce sobre os indivíduos. Estes, mesmo quando ultrapassam o mundo doméstico, se revelariam de uma postura anárquica, avessa a qualquer hierarquia que não apresente um colorido sentimental.

Por tudo isto a família seria a base da organização feudal, justamente por ser o que há de mais resistente na organização portuguesa. Duarte nos diz que a família colonial exerceria uma tríplice função: procriadora, econômica e política, distinguindo-se da família nuclear moderna que se restringirá a primeira através do processo em que o Estado penetra cada vez mais na unidade doméstica, absorvendo suas antigas funções.

Esta família que não é a base, mas sim toda a organização social, materializa seu poder na forma da casa-grande e do “gosto de mando”¹⁸ desta, persistindo seu poder ao longo do Império. Não teríamos, então, classes, ou mesmo corporações civis ou econômicas. A população espa-

¹⁸ Mais uma vez realçamos a semelhança com Freyre.

lhada no meio rural é incapaz de articular-se politicamente, não havendo aqui, também, revoluções¹⁹. As únicas associações presentes são as religiosas, mas a própria Igreja convergirá com a organização familiar, o que é exemplificado pelos cultos privados.

Os efeitos da ordem privada sobre a organização econômica também serão nefastos: impede-se o desenvolvimento da ordem econômica e da divisão do trabalho. A organização familiar agrária assentada na mão de obra escrava impede o desenvolvimento das cidades e de uma vida comercial²⁰, mais propícia à configuração de um espaço político.

Segundo Duarte, no campo político, temos uma ausência de diferenciação. De fato, temos mais uma massa populacional do que um povo no sentido político. Tudo isto se deve aos nossos antecedentes históricos: o feudalismo de capitanias, o espírito português e a organização familiar colonial. Nossos “fatos políticos”, como o grito de independência, pouca importância de fato têm, porque falta um povo por trás desses empreendimentos de forma que lhes dê substância política. Nosso Estado lhe parece uma reunião de famílias, porque o povo brasileiro, em sentido político, se restringe ao senhorio, constituindo, assim, uma “casta familiar de elo parental feudalizado” (Duarte 1966:102). O estado democrático e sua organização em forma de eleições não será suficiente para educar essa massa populacional politicamente amorfa. “O brasileiro político é, assim, o resultado de um produto histórico irregular, deformado e incompleto, como irregular e deformado é o curso de vida do Estado brasileiro” (Duarte 1966:116).

Historicamente nossos governantes restringiram-se à preocupação

¹⁹ Realçamos que também Holanda diz que nunca tivemos uma verdadeira revolução, já que essas são em geral protagonizadas por herdeiros do mundo rural, por isso incapazes de dar conseqüência a suas idéias de mudança.

²⁰ Duarte nos diz que os comerciantes seriam os mais aptos a desenvolver um estilo público (1966: 74).

com a unidade territorial e a política centralizadora. Nosso marcador cultural continua a ser a terra²¹. O indivíduo não atinge sua condição de cidadania e o processo político permanece incompleto, indiferenciado.

Este diagnóstico de Duarte leva ao extremo o que já havíamos visto em Holanda. Nosso personalismo e familismo impedem a consolidação de uma ordem política de fato. Persiste a idéia de um caminho ideal, o qual o Brasil deveria seguir, mas não o consegue, dados seus antecedentes históricos nada favoráveis. O poder familiar é um empecilho central a este desenvolvimento, uma vez que sintetiza o particularismo do português e da propriedade privada e a soberania individualizada do feudalismo de capitânias. Nosso mal congênito está aí detalhadamente exposto, é isto que nos impede de ser o que “deveríamos”.

Considerações finais

Parece-me que Duarte é quem nos deixa menos soluções para nossa problemática relação entre família e Estado e suas implicações para a identidade nacional. Se em Holanda teremos, especialmente em seus trabalhos posteriores, uma esperança de que a influência do protestantismo ascético pudesse aqui chegar por outros caminhos que paulatinamente civilizassem o homem cordial²² e em Freyre tínhamos uma exaltação de nossa cultura em seus antagonismos constitutivos, o trabalho de Duarte, que radicaliza a visão de Holanda, parece indicar a impossibilidade de soluções para a indistinção entre público e privado que vigora funestamente em nosso país.

²¹ Carvalho (1998) confirma a persistência ainda hoje de uma visão edênica do país como traço central de nossa identidade.

²² Remeto mais uma vez ao excelente trabalho de Wegner (1999).

Visível em Holanda e Duarte é o confronto entre a precedência da socialização familiar e a profundidade desta por oposição a ordem político-estatal que é secundária e superficial. A família aparece como empecilho à experiência da cidadania, uma vez que a vivência da ordem política pressupõe o desenvolvimento de um tipo de sociabilidade que se distancia dos valores vigentes na esfera doméstica. Por um lado, os grupos familiares são freqüentemente descritos como realizando uma apropriação ilegítima do Estado, infiltrando nele interesses particulares.

Por outro lado, nós podemos nos perguntar se a antinomia família versus Estado, quando colocada em termos gerais não é de fato uma falsa antinomia. Como demonstrado por teorias antropológicas, a universalidade da instituição família e sua importância na fundação do social não nos autorizam a pensar a existência do Estado sem famílias e nem é esta a questão.

O problema, a meu ver, é pensar que família é esta. Observa-se que a família que se opõe ao Estado nesses autores é a família patriarcal, e que esta oposição diz respeito ao tipo de autoridade e a organização dessa autoridade em seu interior. A centralização da autoridade na figura do pai e os laços de dependência que o patriarcalismo²³ favorece parecem, assim, ser um empecilho a formação de cidadãos autônomos e participativos, adequados à consolidação de um Estado moderno e democrático. Tal como na reflexão de Giddens (2002) acerca das inter-relações entre mudanças na esfera pública e na privacidade, pode-se dizer que se a família favorece a formação de indivíduos com identidades pessoais fortalecidas, reflexivas e dialogais, estes indivíduos também tenderiam a comportarem-se assim na esfera pública, tornando-se bons cidadãos.

É esta justamente a questão: não há como negar que nossos autores

²³ Mencionam-se também patrimonialismo e feudalismo, mas o patriarcalismo é que é, segundo Weber, o tipo mais puro de dominação tradicional.

têm razão ao demonstrar que a família patriarcal favorece laços de dependência pessoal que acabaram, no Brasil, estendendo-se para a esfera pública, no nosso fazer político mandonista, coronelista ou clientelista como estudado por Maria Isaura Pereira de Queiroz e Vitor Nunes Leal entre tantos outros. Isto não parece ser uma exclusividade nossa, mas antes uma característica comum na passagem de sociedades tradicionais a modernas, modernização que certamente tem ritmos e características distintas em cada sociedade. Desta forma, transformações na família e na organização política e social são relativamente concomitantes, embora se relacionem, como procuramos demonstrar, de formas complexas.

Organização familiar e Estado se influenciam de formas variáveis em nossa história. Uma exemplificação das questões envolvidas na diferenciação da autoridade estatal em relação à autoridade familiar nos é dada por Freire Costa (1979). Como relata este autor, a própria construção do nacionalismo durante o Império apoiou-se, como provavelmente também em outros países, na família. Segundo Costa, nosso nacionalismo precisou buscar sustentação na família, higienizando-a e reque-rendo dela que educasse seus filhos para serem cidadãos que servissem ao Estado e não ao seu clã parental, o que, contudo, se realiza a partir da reformulação da instituição familiar, transformando-a na instituição intimista que conhecemos hoje, justamente pela expropriação de suas funções sociais pelo Estado.

Segundo Freire Costa, o discurso médico higienista se produziu como uma normalização da conduta familiar, opondo-se à organização rural oligárquica tradicional. Rompe-se, assim, cada vez mais, com o poder paterno colonial alimentado pela ética religiosa que o legitimava, pelo controle sobre a propriedade e pelo poder político, o qual se caracterizava por um tipo de solidariedade centrada na figura do pai, que não dava espaço para o surgimento de identidades e iniciativas pessoais por

parte dos outros membros da família. Fortalecendo as ligações entre os membros do grupo de parentesco estrito, a medicina forjou um novo ideal de organização familiar.

É neste sentido, proposto por Freire Costa, que se constrói certa diferenciação entre público e privado no Brasil, tornando a família privada em sentido estrito. Evidentemente a efetividade dessa separação é flexível – ou mesmo posta em questão – seja pela incapacidade do Estado de assumir totalmente suas funções públicas, mantendo a família um papel importante no suporte e solidariedade entre seus membros, seja na persistência da organização política em bases familiares, como discutido ainda hoje nos fenômenos do poder político pessoal.

Outra questão que a leitura destes três autores nos desperta é se, para além da oposição entre família e Estado, a noção de família não é em si mesma um poderoso e importante elemento na construção de nosso imaginário social de nação. Só para aquecer essa discussão, que não será destrinchada aqui, pode-se citar a riqueza de exemplos de utilização de imagens referentes à família no populismo brasileiro. Expressões como “pátria mãe”, bem como a associação entre personalidades políticas e autoridade paterna, como no caso de Getúlio Vargas estudado por Lenharo (1986), são recorrentes em nossa história. Da mesma forma, as noções de raça, sangue, família e povo parecem estar associadas no imaginário popular, como sugere Abreu (1981). Esses poucos exemplos são sugestões de que a revisão do significado da oposição entre família e construção de uma ordem estatal, com o complemento de uma identidade nacional, pode revelar a presença fundamental do mundo privado na invenção de nossas tradições (Hobsbawm & Ranger 1997).

Por fim, cabe destacar que a família patriarcal, em sua organização interna, não é explicação suficiente para a nossa especificidade política, podendo-se encontrar famílias centradas na autoridade do pai em contextos diversos como os protestantes americanos. Por isso, é importante

frisar que, na nossa organização política, somam-se diversos fatores sociais analisados pelos autores sobre os quais nos debruçamos, como as tradições portuguesas, a prevalência do mundo rural diante da vida incipiente das cidades, a monocultura, a escravidão, os engenhos auto-sustentáveis que não favoreciam a associação de interesses e a presença da Igreja católica.

Se a família não explica tudo, nem por isso ela deixa de ser importante, tendo lugar garantido na construção de nossa identidade nacional. Ao descrever o que é próprio ao povo brasileiro, veremos que, pelo menos em Freyre e Holanda, onde esta questão está mais clara, a construção da identidade nacional passa pelas relações familiares. Em Freyre temos a miscigenação como, ao mesmo tempo, marca de nossas famílias e de nossa nação, enquanto Holanda constrói a imagem do homem cordial, símbolo de brasilidade, fundamentando-a no personalismo herdado do português, mas cultivado na família. Nestes dois autores temos que a família se apresenta como central na definição de quem somos enquanto povo-nação, o que reaparecerá em Duarte na afirmação de que nossa ordem é privada. Privado e público, doméstico e político se imbricam mais uma vez, nesta dialética em que o símbolo & (adotado por Freyre 1994 e Da Matta 1987) sinaliza para a capacidade de conjugar, ou mesmo integrar, opostos, como marca distintiva de nossa identidade nacional. Portanto, a família não apenas subverte a ordem política, mas ajuda a construí-la, certamente de forma peculiar.

Bibliografia

- ABREU FILHO, Ovídio. 1981. "O parentesco como sistema de representações: um estudo de caso". In VÉLHO, Gilberto & FIGUEIRA, Sérvulo A. (orgs.): *Família, psicologia e sociedade* Rio de Janeiro: Campus.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. 1987. Notas sobre a família brasileira. In ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.): *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- ANDRADE, Manuel Correia de. 1998. "Gilberto Freyre e o impacto dos anos 30". *Revista USP*, 38(1):38-47.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. 1994. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- CARVALHO, José Murilo de. 1998. "O motivo edênico no imaginário social brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38):63-79.
- CORRÊA, Mariza. 1994 [1982]. "Repensando a família patriarcal brasileira". In ARANTES, Antônio Augusto et al.: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Editora da Unicamp.
- COSTA, Jurandir Freire. 1979. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.
- DA MATTA, Roberto. 1987. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- DUARTE, Nestor. 1966 [1939]. *A ordem privada e a organização política nacional*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FREYRE, Gilberto. 1994 [1933]. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 29ª edição. Rio de Janeiro: Record.
- GIACOMINI, Sônia Maria. 1988. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- GIDDENS, Anthony. 2002. *Modernidade e identidade* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). 1997. *A invenção das tradições*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1995 [1936] *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- LENHARO, Alcir. 1986. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus.
- SAMARA, Eni de Mesquita. 1986. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- SLENES, Robert W. 1999. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SOUZA, Jessé. 1998. "A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38):97-116.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. 1977. "Romeu e Julieta e a origem do Estado". In VELHO, Gilberto (org.): *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*, pp. 130-169. Rio de Janeiro: Zahar.
- WEGNER, Robert. 1999. *A conquista do oeste brasileiro segundo Sérgio Buarque de Holanda*. Tese de doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Recebido em outubro de 2005

Aprovado para publicação em dezembro de 2005